



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 032

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE ABRIL DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Valdir Rossoni
PMDB.....	Antonio Anibelli
PP	Duílio Genari
PT	Elton Carlos Welter
PDT	Barbosa Neto
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Mauro Moraes
PPS.....	Marcos Isfer
PSB.....	Dr. Luciano Ducci

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 030ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE ABRIL DE 2004**

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Elza Correia e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Jensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente, venho informar a essa Mesa Executiva, que assumirei a titularidade como integrante da CPI

do Porto, passando o ilustre Parlamentar, Deputado Durval Amaral, para a condição de suplente.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Venho por intermédio do presente e de acordo com a proporcionalidade de participação da Bancada do PMDB com assento nesta Casa, encaminhar relação dos Deputados desta Bancada, que farão parte da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do Porto de Paranaguá, conforme relação abaixo:

Titulares:

Antonio Anibelli

Alexandre Curi

Suplentes:

José Maria Ferreira

Artagão Júnior

Sendo o que se apresenta, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) **ANTONIO ANIBELLI**

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente, venho indicar o Deputado Ademar Traiano para compor a Comissão Especial que irá analisar a Proposta de Emenda Constitucional nº 22/2004.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) **VALDIR ROSSONI**

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a alteração dos nomes dos Deputados da Bancada do PMDB que fazem parte da CPI das Universidades, tendo como suplente Deputada Elza Correia em substituição ao Deputado Ademir Bier.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) **ANTONIO ANIBELLI**

Ofício:

OFÍCIO Nº 122/2004

Senhor Presidente:

Venho, através do presente, comunicar a V. Exa. que estou reassumindo as minhas funções, interrompendo a licença de saúde concedida, tendo em vista o Laudo Médico nº 020/2004, que atesta condições para o meu retorno aos trabalhos parlamentares.

Na oportunidade, apresento a V. Exa. os protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) **ADEMAR TRAIANO**

COORDENADORIA MÉDICA
LAUDO MÉDICO Nº 020/2004

Aos vinte e seis dias de abril de 2004 a Junta Médica infra-assinada, tendo procedido à inspeção de saúde em Ademar Luiz Traiano, paciente afastado por CID. 10 K 29.01, K 29.4 Gastrite Aguda.

Encontra-se atualmente em condições de retorno ao trabalho.

(a) DR. ROGÉRIO AUGUSTO CAMARGO SCHEIB
CRM-PR 5638

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 626

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER preferência de votação para o substituto geral de plenário ao Projeto de Lei nº 284/2003.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 623

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada por três Sessões, do Projeto de Lei 284/2003, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão Plenária.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 627

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje o Projeto de Lei nº 587/2003 por cinco (05) sessões.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 616

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constante da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 620

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, que seja mar-

cada Sessão Solene no dia 18 de agosto do corrente ano para comemoração dos 60 (sessenta) anos da FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 621

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER seja reservado o tempo do Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 03 de maio de 2004, a ser utilizado por representante do Fórum Popular da Saúde do Estado do Paraná, que fará explanação sobre “Atenção à Saúde Mental”.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

No dia 02 de maio comemora-se o Dia Estadual da Saúde Mental. É com o intuito de informar aos Deputados Estaduais sobre a necessidade de adoção de medidas para assegurar a plena preservação e assistência à saúde mental dos paranaenses, que os usuários do sistema de saúde se farão presentes à Sessão.

REQUERIMENTO Nº 617

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações do Superintendente do Porto de Paranaguá, através do Secretário de Estado dos Transportes: se já foi procedida a contratação da(s) empresa(s) que fará(ão) a dragagem do Porto de Paranaguá? Qual o instrumento jurídico que a formalizou, juntando a respectiva cópia com as informações relativas às condições da contratação.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 618

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações do Superintendente do Porto de Paranaguá, através do Secretário de Estado dos Transportes: quanto ao estoque físico de farelo de soja verificado no Porto de Paranaguá relativo ao exercício de 2003, verificado em 31 de dezembro de 2003?

Quanto deste estoque é correspondente a quebra técnica? Quais os respectivos proprietários?

Houve devolução deste estoque aos proprietários, em caso contrário, qual a destinação dada ao estoque verificado?

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 622

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria da Comunicação, solicitando informações sobre qual o motivo desta Secretaria ter efetuado gastos no valor de R\$70.200,00 durante o ano de 2003, em inserções comerciais no Jornal O Pasquim, na Cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 624

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria da Comunicação, solicitando informações sobre qual o motivo desta Secretaria ter efetuado gastos no valor de R\$ 62.647,05 durante o ano de 2003, em inserções comerciais na revista Reportagem - na Cidade de Belo Horizonte/MG.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 634

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Sonia Aparecida Matsuno, ocorrido ontem dia 25 de abril, deixando 02 (duas) filhas.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada, para a Travessa Ferreira do Amaral, 30 - Água Verde - CEP: 80.620-090 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(aa) PASTOR EDSON PRACZYK
PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 636

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Sonia Aparecida Matsuno, funcionária do Setor de Taquigrafia desta Casa de Leis, ocorrido no dia 25 de abril passado.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada: Travessa Ferreira do Amaral, nº 30, apartamento 702 - Bairro Água Verde - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 628

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente solicitar votos de congratulações a Ilma. Sra. Ety Cristina Forte Carneiro, Coordenadora de Relações Internacionais do Hospital Pequeno Príncipe, pela realização do centésimo transplante de fígado, realizado no mês de março do corrente ano.

É importante ressaltar que o Hospital Pequeno Príncipe atualmente é considerado referência nacional em transplantes pediátricos, fato este que somente pode ser alcançado através de um trabalho árduo e brioso, cujos resultados vêm se demonstrando diariamente, concretizados no salvamento de inúmeras vidas.

Assim sendo, ficamos honrados em realizar esta singela homenagem, em nome de toda a população paranaense.

Face ao exposto, solicitamos ainda a especial gentileza em cientificar esses votos de congratulações à homenageada, junto ao Hospital Pequeno Príncipe, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 629

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, solicitar votos de congratulações ao Dr. Orlei Negrello, Diretor Administrativo do Hospital Pequeno Príncipe, pela realização do centésimo transplante de fígado, realizado no mês de março do corrente ano.

É importante ressaltar que o Hospital Pequeno Príncipe atualmente é considerado referência nacional em transplantes pediátricos, fato este que somente pode ser alcançado através de um trabalho árduo e brioso, cujos resultados vêm se demonstrando diariamente, concretizados no salvamento de inúmeras vidas.

Assim sendo, ficamos honrados em realizar esta singela homenagem, em nome de toda a população paranaense.

Face ao exposto, solicitamos ainda a especial gentileza em cientificar esses votos de congratulações ao homenageado, junto ao Hospital Pequeno Príncipe, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 630

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, solicitar votos de congratulações ao Dr. Júlio Wiederkehr, Coordenador da Equipe de Transplantes Hepáticos do Hospital Pequeno Príncipe, pela realização

do centésimo transplante de fígado, realizado no mês de março do corrente ano.

É importante ressaltar que o Hospital Pequeno Príncipe atualmente é considerado referência nacional em transplantes pediátricos, fato este que somente pode ser alcançado através de um trabalho árduo e brioso, cujos resultados vêm se demonstrando diariamente, concretizados no salvamento de inúmeras vidas.

Assim sendo, ficamos honrados em realizar esta singela homenagem, em nome de toda a população paranaense.

Face ao exposto, solicitamos ainda a especial gentileza em cientificar esses votos de congratulações ao homenageado, junto ao Hospital Pequeno Príncipe, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 632

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, solicitar votos de congratulações à Rede Feminina da Liga Paranaense de Combate ao Câncer, em nome de sua ilustre Presidente, Sra. Azurita Medeiros, pela comemoração dos 50 anos de fundação.

A Liga Paranaense de Combate ao Câncer vem demonstrando durante esses 50 anos, um trabalho árduo e gratificante em prol do povo paranaense, servindo como modelo a ser seguido em âmbito nacional.

Assim sendo, ficamos honrados em realizar esta singela homenagem, em nome de toda a população paranaense.

Face ao exposto, solicitamos ainda a especial gentileza em cientificar esses votos de congratulações à homenageada, em endereço localizado na Rua Ovande do Amaral, 201 - Jd. das Américas; CEP: 80.520-060, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 631

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, solicitar votos de congratulações ao jornalista Vanderlei Rebelo, pelo lançamento da obra “Ney Braga, a Política Como Arte”.

Essa obra mostra-se de reluzente importância para o cenário político paranaense, trazendo aos amantes da boa política, um opulento estudo sobre o período concernente ao início dos anos 50 ao final da década de 80, estudo este que foi baseado em entrevistas com notórias figuras políticas do Estado do Paraná, árduas pesquisas bibliográficas e documentos da época.

Diante da contextualização ora gizada, infactível seria nos reportar ao período acima declinado sem fazer

referência ao imanente personagem Ney Braga, que figurou como protagonista ativo dos eventos que levaram à modernização do Estado do Paraná. Assim sendo, ficamos honrados em realizar esta singela homenagem, em nome de toda a população paranaense.

Face ao exposto, solicitamos ainda a especial gentileza em cientificar esses votos de congratulações ao homenageado, junto ao escritório do Diretório do Partido Popular Socialista - PPS, desta Capital.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 633

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, solicitar votos de congratulações à família do Exmo. Sr. Ney Braga, pelo lançamento da obra “Ney Braga, a Política Como Arte”, de autoria do jornalista Vanderlei Rebelo.

Esta obra mostra-se de reluzente importância para o cenário político paranaense, trazendo aos amantes da boa política, um opulento estudo sobre o período concernente ao início dos anos 50 ao final da década de 80, estudo este que foi baseado em entrevistas com notórias figuras políticas do Estado do Paraná, árduas pesquisas bibliográficas e documentos da época.

Diante da contextualização ora gizada, infactível seria nos reportar ao período acima declinado sem fazer referência ao imanente personagem Ney Braga, que figurou como protagonista ativo dos eventos que levaram à modernização do Estado do Paraná. Assim sendo, ficamos honrados em realizar esta singela homenagem, em nome de toda a população paranaense.

Face ao exposto, solicitamos ainda a especial gentileza em cientificar esses votos de congratulações ao homenageado, junto ao escritório do Diretório do Partido Popular Socialista - PPS, desta Capital.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 635

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, Dr. Aldo José Parzianello, ao Presidente do Tribunal da Justiça, Desembargador Oto Luiz Sponholz e ao Coordenador do PROCON, Sr. Algaci Omário Túlio, solicitando empenho no sentido de viabilizar convênio para criação do juizado do consumidor no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

A medida, já adotada em Campo Grande (MS) e Belo Horizonte (MG), mostra que com a criação do

Juizado do Consumidor houve um desafogo nos Juizados Especiais na área cível.

Em Campo Grande por exemplo, em 1999, 70% dos processos em andamento no Juizado de Pequenas Causas, referiam-se a reclamação de consumidores contra empresas. Segundo informações, os números do Paraná são expressivos, pois aproximadamente 30% das reclamações que o PROCON recebe, acabam sem a realização de acordo e desembocam no Juizado Especial.

Entendemos a nossa proposta como pertinente, haja vista que no passado, quando fizemos esta mesma proposta, recebemos elogios pela iniciativa e indicação de que poderia ser acatada, o que não aconteceu até agora.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 131/2004

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada de Usina Hidrelétrica Governador José Richa, a Usina de Salto Caxias, situada no Rio Iguaçu, entre os Municípios de Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, com o objetivo de homenagear um dos grandes da história do Estado do Paraná, José Richa. Denominando a Usina Hidrelétrica Salto Caxias de Governador José Richa, estaremos fazendo justiça ao homem público que muito realizou em prol do desenvolvimento do nosso Estado.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 132/2004

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Experimental de Estudos Espírita Dr. Leocádio José Correia - com sede e foro no município de Paranaguá, Estado do Paraná, sito a Rua José Gomes, 725 - Centro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.04.2004.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

O Centro Experimental de Estudos Espíritos Dr. Leocádio José Correia, com sede e foro em Paranaguá -

Paraná, é um órgão de caráter beneficente e filantrópico, sem fins lucrativos.

Tendo como finalidade estudar, promover e divulgar a doutrina espírita codificada por Allan Kardek, em seus aspectos de ciência, filosofia e religião; proporcionar assistência social, aos que dela necessitem, bem como amparo médico, dentário e jurídico que serão prestados gratuitamente, sempre dentro das suas possibilidades de recursos humanos e financeiros.

Além de manter o Lar Infantil Dr. Leocádio José Correia, localizado na Ilha dos Valadares - Paranaguá, onde presta serviços de atendimento a 45 crianças de dois a seis anos, em período integral - das 7h30 às 18h00, com alimentação, orientação pedagógica e social, noções de higiene e de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero participar aos Srs. Parlamentares que o Deputado Ademar Luiz Traiano está comunicando que está reassumindo as suas funções nesta Casa como Parlamentar. Ao DL para as anotações.

No Pequeno Expediente com a palavra o Sr. Deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Todos nós sabemos que nas segundas-feiras acontecia a Escolinha do Professor Raimundo e, agora está acontecendo às terças-feiras. Um dos alunos da Escolinha, mais precisamente o Secretário da Comunicação Airton Pisseti, conhecido carinhosamente por "Rolando Lero", porque vive a bajular o seu chefe, o "Amado Mestre", veiculou através do site do governo e municiou diversos jornais, com uma notícia mentirosa. Porque na verdade ele tenta lançar uma cortina de fumaça, tentando esconder ou dificultar o acesso às informações que se não comprometem, questionam o atual governo, quando, aqui, o Deputado Plauto Miró Guimarães, de posse de documentos fornecidos pela Secretaria que é comandada pelo "Rolando Lero", mostrava que o governo do Estado investiu recursos na execução do Fórum Social, em Porto Alegre, pagando até veículos, Deputado Luiz Nishimori, uma Van, para movimentar as pessoas, para levar de um lado para o outro. Pagou para a montagem dos estandes. Foi um grande patrocinador do evento. Nada de dizer que estava defendendo a soja pura, como dizia e diz o Governador Requião, que ainda usa, Sr. Presidente, os antolhos do passado.

Escutava há poucos minutos atrás, pela CBN, notícia internacional, Deputado Luciano Ducci, que a União Européia está prestes, a qualquer momento, a liberar o plantio e a comercialização de milho transgênico.

Mas o Sr. Secretário da Educação, mais conhecido como "Rolando Lero", aquele que está sempre à disposição do "Amado Mestre" fez colocações, para atacar o Deputado Plauto e também atacar a mim, Deputado Alexandre Curi, dizendo que duas Rádios de minha pro-

priedade em Guarapuava, teriam recebido verbas. Desafio o “Rolando Lero” para provar se a Rádio Cacique me pertence. Ele que vá até a Junta Comercial e verifique quem é o proprietário dessa Rádio, para não falar besteira.

Não pode, Sr. Presidente um homem que ocupa um cargo de relevância, um cargo de primeiro escalão, Secretário de Estado, da Comunicação Social, lançar mentiras ao ar. Como pode ele dizer que sou dono de algo que não me pertence? Quem é ele para imputar-me essas coisas? E ainda faz mais ameaças: se não calar e vamos fazer balanço...! Façam o balanço que quiser. Mostrem tudo, não temos nada a esconder nada a esconder. Não como eles que tentam esconder, que tentam dissimular, quando aperta-se a questão do porto procura-se uma saída; quando aperta-se a questão da divulgação ataca-se o Deputado Plauto e eu, por ser cunhado dele - o que muito me honra, porque tive a grande sorte e a dádiva de Deus de conhecer a irmã dele e poder casar com ela. Honra-me muito ser cunhado do Deputado Plauto Guimarães e, por ser cunhado, também sou atacado.

Há duas semanas atrás foi o Deputado Durval que sofreu ataques baixos. Como dizia ele no seu pronunciamento começaram a bater da cintura para baixo. Mas não vamos nos intimidar, Sr. Presidente. Quero dizer aqui que está em nossas mãos e já pedimos - e a Oposição já solicitou - informações a respeito, que até agora não chegaram aqui nesta Casa de um negócio - Deputado José Maria Ferreira, o senhor que é um homem que acompanha a execução orçamentária, o senhor que é um homem preocupado com o Estado, como todos nós somos, mas que tem um carinho especial por empresas estatais - tem algo não muito sério, pelas informações que temos em mãos, acontecendo na companhia Paranaense de Energia Elétrica.

Vejam aqui os senhores, e vou contar aqui a história, porque na verdade isto me diz muito de perto: fala-se de uma obra que está sendo construída em um rio que tem até nome bíblico, que é o Rio Jordão - onde os cristão eram batizados. E mais ainda, não só por ter esse nome bíblico, mas também porque este rio nasce praticamente dentro da minha cidade, da minha querida Guarapuava, da confluência de dois rios: do Rio das Mortes e do Rio Bananas. Ao se formar, tem um belo parque, que inclusive foi urbanizado pelo ex-Prefeito adversário político nosso, mas um homem trabalhador que foi o então Prefeito Nivaldo Krüger - que tornou lá uma área de atração turística. Parque belíssimo e as águas do Rio Jordão saindo do encontro das águas do Rio Bananas com o Rio das Mortes, vão por pequenas cachoeiras, vão correndo e vão singrando as terras de Guarapuava, depois encontra-se com o Rio Pinhão que é um rio que divide Guarapuava com o Município de Pinhão e mais à frente recebe as águas do Rio Capão Grande. Aí forma-se o Salto do Curucaca, um belíssimo salto que tem 72 metros de altura. Em seguida corre, tem o Salto Santa Clara e o Salto da Vaca Branca.

Pois bem, no Salto da Vaca Branca e no Salto Santa Clara - isto já no município de Cândói, na divisa com o Município de Pinhão, porque o Rio Jordão segue em frente. A foz do Rio Jordão está lá onde se encontra a Usina de Segredo. Vejam só que rio maravilhoso o Rio Jordão que, como disse, nasce em terras guarapuavanas. Foi desviado o Rio Jordão, foi feito um túnel para que ele desaguasse dentro da barragem de Salto Segredo. E isso proporcionou a Segredo um aumento de 10% da sua potência. Mesmo assim o Rio Jordão gera energia pouco a frente desse desvio, em mais uma usina para a COPEL. Antes disso, constituiu-se uma empresa para construção dessas usinas, que se chama ELEJOR. Foi feito um consórcio de uma empresa chamada Triunfo Participações com a COPEL tendo uma participação e outros acionistas.

Estranhamente em dezembro, dizem que houve uma reunião do Conselho - estava presente o Sr. Governador do Estado - e foi feita a autorização para que a COPEL comprasse a participação da Triunfo Participações na ELEJOR. Acertado isso, sem nem mais um contrato, foi adiantado para a ELEJOR, mais precisamente no dia 19 de dezembro, a quantia de sete milhões de reais. Isso sem nenhuma assinatura de um contrato que garantisse à Copel o controle acionário, e por conseguinte a indicação dos Diretores.

Mas não foi só isso! Vejam, no dia 26 de dezembro a ELEJOR, com dificuldade de caixa, solicita, e rapidamente - prestem atenção - a COPEL aporta mais dezessete milhões de reais. A coisa continuou. E quem mandava na ELEJOR, claro, a Triunfo Participações, de propriedade de um Sr. Carvalho, que não conheço. Parece que a Triunfo também constrói essa usina, porque é uma empreiteira de construção civil.

Continuando a frente da ELEJOR, a Diretoria indicada pelo triunfo, na segunda quinzena de janeiro, mais um aporte da Copel, mais 24 milhões de reais são colocados na ELEJOR. Mesmo assim, poucos dias depois o caixa estava limpo. Aí então resolveram mudar a Diretoria e colocaram alguém indicado pela Copel.

Tem alguma coisa embaixo desse tapete. Vamos levantá-lo para ver o que foi varrido. As informações que temos e que está no site “Gazeta de Novo”, dizem que tudo isso acontece pela influência de um Diretor chamado Gilberto Griebler. Porque tenho certeza que o Presidente Paulo Pimentel é um homem sério, honesto, correto, jamais seria capaz de cometer tal negócio. E que esse Diretor é todo protegido do Sr. Governador. Foi ele que determinou, com um simples bilhete, que pagassem sete milhões de reais para a Triunfo. Que certamente estava com dificuldade, era época de Natal. Que o Sr. Griebler também determinou, com bilhetes, que fossem feitos os aportes, o primeiro de dezessete e depois de 24. Somando 41 milhões de reais.

Como pode um Diretor, que diz que fala em nome do Governador, fazer isso? E o pior, o clima dentro da COPEL é de uma insatisfação geral, de medo e de terror-

ismo imposto por este cidadão. Agora, tem mais ainda! Por isso que eu digo que este tapete tem que ser muito grande para caber tanta coisa que foi varrida para debaixo dele. A Fundação COPEL comprou - prestem atenção nos números - quarenta milhões de reais de debêntures da Triunfo Participações - a mim isso não cheira bem - e que isso na sequência teria motivado uma demissão da Diretoria da Fundação COPEL. Agora, vejam os senhores: essa Diretoria foi demitida, colocou quarenta, aí compra uma participação, adiantam sete. Gostaria que a imprensa desse vazão e mostrasse ao povo paranaense o que acontece, porque ontem no Canal Livre, o senhor dos senhores - antes de Deus, ele - fazia colocações de que o Paraná cresce a tantos por cento, que o Paraná não tem problemas, que o Porto é o melhor Porto, que não existem queixas. Então, seria interessante que ele nos explicasse essa situação. Sabe por quanto compraram essa participação da Triunfo, Srs. jornalistas? Quarenta e dois milhões de reais e o pior, sem ter uma avaliação prévia. Como pode uma empresa pública comprar uma participação acionária sem ter uma empresa de consultoria, técnicos capacitados para fazer avaliação do patrimônio que está sendo adquirido com o dinheiro público?

Quarenta e dois milhões é o valor que será pago, mais precisamente quarenta e dois milhões e oitocentos mil reais pela participação da Triunfo na ELEJOR. Negócio da China para os donos da Triunfo, é claro!

Para melhor ainda somarmos o que estou dizendo e que o senhor vai dizer, está aqui: Gazeta do Povo, página 28 da Economia, uma entrevista com o ilustre Presidente da COPEL, Dr. Paulo Cruz Pimentel, que diz assim: "COPEL entra na disputa por grandes consumidores. Estatal quer se recuperar da perda de clientes independentes em 2003". Mais à frente diz que a COPEL perdeu no ano passado clientes importantíssimos, grandes consumidores e cita aqui o nome dessas empresas que antes eram clientes da COPEL e que passaram para a Tracktebel. Vejam os senhores, a Tracktebel é uma empresa que comprou algumas usinas de geração e de distribuição. Pergunto aos senhores: como pode a Tracktebel, que imobilizou, recentemente, altos recursos na aquisição deste patrimônio e que ainda não depreciou, conseguir vender energia mais barata que a COPEL, que em todas as suas usinas, com exceção de Salto de Caxias, que ainda não estão depreciadas?

Vejam aqui, são palavras do Presidente, a COPEL perdeu de clientes a IMPACEL, a Pisa Norchick que foi vendida para uma outra empresa papeleira dinamarquesa e também a Bosch.

O Sr. Marcos Isfer

Concede um aparte, deputado?

Agradeço, Deputado Carli. Quero apenas manifestar a nossa estranheza. Tivemos conhecimento desta operação realizada com a ELEJOR, nós nos manifestamos como Presidente da CPI da COPEL, dizendo que

havia lei votada por esta Casa que exigia efetivamente que a COPEL, em todas as suas parcerias fosse majoritária. Ou seja: tudo que fosse relativo à energia, compra, venda ou geração de energia ou transmissão, ela poderia eventualmente associar-se, desde que como majoritária e desde que com a aprovação desta Assembléia.

E aí, estranhamos que esta operação tenha sido realizada. Porque exigimos sim, a participação desta Assembléia, tendo em vista tudo o que pudemos levantar quando a CPI da COPEL e pudemos observar barbaridades serem realizadas em nome da empresa.

E muito me estranha nesta discussão da ELEJOR, porque na época perguntávamos como ficaria a ELEJOR, a Direção da COPEL e haviam várias correntes. Havia uma corrente que dizia que a COPEL deveria se retirar do negócio. Havia outra corrente que dizia que a COPEL deveria comprar 100% do empreendimento. E pelo que entendi da fala de V. Exa., a COPEL compra apenas uma parte dos participantes, porque o consórcio ELEJOR era formado pela COPEL, pela Construtora Triunfo e também por uma empresa da família Goulin. E pelo que o senhor me diz, apenas a parte da Construtora Triunfo foi comprada. Gostaria também de manifestar a minha estranheza quando fazem esses tipos de negociações e não trazem a público. Deixa-me bastante preocupado.

Acho que a discussão nesta Assembléia, de todas as ações da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, fazem com que haja transparência nas ações. E é isto que tenho certeza, o Presidente daquela empresa, o Dr. Paulo Pimentel, quer.

Preocupa-me que algo esteja acontecendo de uma forma tão rápida que atrole, não só a Assembléia, mas principalmente ao povo do Paraná.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado pelo seu aparte. Tenho certeza que irá se somar a tudo aquilo que colocamos e reafirma as nossas preocupações.

Concedo aparte ao nobre Deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral

Deputado Carli, seguramente, a denúncia que o senhor traz à Assembléia Legislativa nesta tarde é uma das mais graves já feitas neste Parlamento. E é lamentável que isso esteja ocorrendo neste governo. Lamentável que, após uma Comissão Parlamentar de Inquérito brilhantemente presidida pelo Deputado Marcos Isfer, que teve a preocupação de aprovar uma lei que teve o número 14.286, foi sancionada no dia 09 de fevereiro de 2004: foi votada na Assembléia Legislativa em 1ª discussão, e aqui começam as coincidências: dia 10/12 a primeira votação; dia 11/12 a segunda votação; dispensada a redação final. E a sanção ocorreu no dia 20/12. Estranhamente porque "apressado come cru". O Sr. Gilberto Griebler, Diretor da COPEL apressou-se quando

a CPI da COPEL já tornava público que a COPEL não poderia participar minoritariamente de mais nenhuma parceria. Esta lei aprovada na Assembléia Legislativa dizia no parágrafo 2º, que a COPEL deveria, para ser parceira majoritária em todas as parcerias, deveria pelo valor subscrito no contrato social registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná até o dia 27 de fevereiro de 2003. Por que dia 27 de fevereiro de 2003? Porque quando se instalava a CPI da COPEL na Assembléia Legislativa, e a partir dali a CPI foi anunciando que a COPEL não deveria ser parceira de maneira minoritária em nenhum de seus empreendimentos.

Então, ela colocou uma cláusula quase que de barreira, autorizando que até antes do início da CPI a COPEL poderia subscrever, poderia comprar ações pelo valor subscrito até o dia 27 de fevereiro, justamente para evitar que houvesse burla, que houvesse privilégios para algumas empresas que poderiam, por meios escusos, conquistar parceiros dentro da própria COPEL. Estabeleceu-se então um valor estipulado no contrato social do dia 27 de fevereiro. Se fosse com algum valor diferente disso, precisaria de prévia autorização da Assembléia Legislativa. Mas, para não ter a prévia autorização da Assembléia Legislativa, já que era eminente a aprovação dessa lei na Casa, porque o projeto foi discutido em 1ª votação no dia 10/12, no dia 11/12 em 2ª votação e no dia 16 de dezembro o negócio foi realizado ou a negociata foi realizada. No dia 16/12 nós, aqui na Assembléia, votando um projeto de lei para efetivamente estabelecer critérios quando do controle acionário de qualquer parceria e se apressava o Sr. Gilberto Griebler a comprar efetivamente o controle acionário ou pelo menos a participação dessa empresa Triunfo.

E nós ainda, nesse projeto que foi aprovado aqui na Assembléia Legislativa, propúnhamos - e se tornou lei - que toda compra antecipada de energia elétrica, todos os contratos em que houvesse compra antecipada de energia elétrica deveriam ser revistos e aqueles que ainda estavam em fase de maturação, os contratos de parceria em fase de elaboração deveriam ser efetivamente revogadas essas cláusulas. Então, causa-nos muita estranheza essa agilidade toda, quando já era público e amplamente divulgado pelos jornais, amplamente divulgado pela Comissão Parlamentar de Inquérito, com o projeto aprovado na Assembléia no dia 10 e dia 11, que no dia 16, na véspera do Natal, esse negócio fosse realizado. Por isso que esse negócio de mais de cento e trinta milhões no total, porque são quarenta e dois milhões pelo controle acionário e depois as várias subscrições de capital feita pela COPEL, tem que ser esclarecido. E a Oposição está apresentando um requerimento nesta tarde, pedindo a convocação, no plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do Diretor da COPEL, o Sr. Gilberto Griebler para que venha ao plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em uma audiência pública, dar

todas as explicações necessárias sobre essa negociação ao povo do Paraná.

Muito obrigado pelo aparte, e parabéns pela denúncia que o senhor formaliza nesta tarde na Assembléia Legislativa.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado, Deputado Durval Amaral, pelo seu aparte!

Concedo, também aparte ao deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Carli, eu, dentro do que entendo dessa operação, acredito que deva ter alguém que avaliou esse patrimônio para ser vendido. Então, como disse aqui o Líder da Oposição: a convocação do Sr. Gilberto, aqui nesta Casa, é mais do que necessária. E seria muito bom que também se requeresse, junto, toda a documentação que legalizou essa operação, porque não é possível que a tenham feito sem avaliação, sem os prazos que a lei determina, porque, pelo que entendo, teria que ter uma lei específica para que isso acontecesse e não aconteceu.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado, Deputado Valdir Rossoni!

Quero dizer também que, na verdade, não foi obedecida a lei aprovada por esta Casa, quando se promoveu essa negociação.

Deputado Valdir Rossoni, estão aqui os pedidos de informações que fizemos, querendo saber de todas as etapas dessa negociação e inclusive pedindo posição acionária em 31 de dezembro, da COPEL, da Triunfo, da família Gullin, e pelas informações que temos, esta família permanece com um pequeno percentual de participação, mas, nós não temos em mãos, ainda, porque solicitamos e não chegaram às nossas mãos essas informações. Também pedimos um laudo de avaliação.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Um minuto, ou o senhor poderia usar o Horário de outro Partido, para a conclusão.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Se o senhor me permitisse, depois, uma dilação no meu prazo.

Uso o Horário do meu Partido, também.

Concedo o aparte do ilustre Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Ribas Carli, o Governo Requião é um governo transparente, e as indagações que V. Exa. faz, o governo não tem preocupação e dificuldade nenhuma em respondê-las. Como tem feito, aliás, aqui, diferente do que ocorria em governos anteriores, aonde tudo era segredo de Estado.

Neste Governo existe transparência absoluta, os requerimentos podem ser apresentados à Mesa, que não existem pedidos para discutir ou para protelar, ou diretos nas Secretarias.

A questão da ELEJOR: o Governo Requião estabeleceu uma política energética para o Estado do Paraná. A política em que a COPEL jamais vai servir de escada para ninguém ganhar dinheiro nas costas do Estado do Paraná, como acontecia até pouco tempo atrás. A COPEL jamais vai servir de trampolim para outros ganharem dinheiro. A COPEL só vai participar de projeto energético, aonde ela for majoritária.

O Governador Requião determinou de a COPEL nesse grande projeto, fosse majoritária, assumisse o controle. E, assim foi feito através de um levantamento aonde o Governo com a maior transparência, com a maior tranquilidade, numa avaliação, resolveu comprar 30% das ações de uma das suas parcerias.

Tenho nas minhas mãos, como o Deputado Traiano também tem, as informações que foram solicitadas aqui, nesta Casa. Detalhado, o procedimento, como foi feita a avaliação, com a maior tranquilidade, porque este Governo não quer esconder nada e, nem nós queremos que se esconda alguma coisa.

Existe uma lei - eu não tenho aqui, porque não vim aqui pensando que esse tema seria discutido - aprovada no Governo anterior, que permite que a COPEL assuma, faça qualquer parceria de forma ilimitada, e essa lei foi aprovada aqui sem o meu voto. Porque fui contra, porque acho que a Assembléia tem que participar de qualquer procedimento. Quero trazê-la amanhã, aqui no plenário, está comigo na minha mesa.

O Governo preocupado, poderia ter feito o negócio sem colocar como parte que a Assembléia teria que aprovar. Mas, mesmo assim, o Governo pediu que a Assembléia Legislativa aprovasse a negociação. Aí, apresentei um projeto de lei autorizando a negociação, porque dentro do contrato havia essa disposição que, a rigor, a lei que foi aprovada no Governo Jaime Lerner não necessitaria dessa exigência para que a COPEL concretizasse esse negócio.

Então fica claro aqui, a política energética desse governo só vai ter parceria onde a COPEL for majoritária. Onde a COPEL não for majoritária, ela está fora, não vai fazer parceria. Esse negócio foi transparente, absoluto, cristalino e está à disposição de V. Exa. ou de qualquer outro Parlamentar desta Casa.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado pelo seu aparte.

E gostaria de dizer que ninguém está aqui, querendo impedir a COPEL de fazer parceria muito menos de ela ter o controle acionário. O que estamos questionando é a maneira pouco ortodoxa que se realizou o negócio. É isso que estamos questionando, porque tem mais aqui na entrevista que concedeu o Dr. Paulo Pimentel, quando ele diz que estão dividindo a empresa em três empresas.

Teria que verticalizar a empresa. Verticalizaram e estão tendo que desverticalizar, quer dizer estão com os antolhos do passado ainda. E mais, Deputado Nereu, o que me preocupa na entrevista do Dr. Paulo Pimentel é que ele diz que a COPEL tem que investir mais para poder competir nesse mercado de energia dos grandes consumidores que terão liberdade para comprar e terão que investir mais cem milhões de reais nas hidrelétricas do Rio Jordão.

Então, o que queremos não é que a COPEL não faça usinas, não faça convênios, não promova o aumento da capacidade energética. Nós queremos isso. Agora, nós queremos transparência. Por que não nos mandaram? Estão aqui, todos os requerimentos solicitando as informações. E não chegaram até agora. Em nossas mãos não chegaram. Encaminhamos no dia 13 de abril e até agora não chegaram. Quero dizer que não concordamos com o negócio rápido como foi feito. Uma coisa muito rápida, um negócio desse volume ser feito rapidamente. E mais: estamos constatando que tudo aquilo que se dizia da COPEL está se configurando. Vejam, aqui, o que o Dr. Paulo diz: "... que a empresa tem que atuar como se fosse uma empresa privada, tem que ser competitiva e está perdendo os grandes consumidores..."

Deputado Nereu, grandes consumidores são aqueles que consomem mais de três megawatts por mês, que representa mais de 17% do consumo de energia que a COPEL vende. A COPEL está perdendo por falta de ser competitiva. E a COPEL tem geração própria, tem transmissão e tem distribuição. E mesmo assim não está conseguindo concorrer com a Track Bell, que é uma empresa privada que recentemente comprou usinas, comprou linhas de transmissão e consegue vender energia mais barata que a COPEL. O que está acontecendo? Queremos saber, por isso o nosso pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Agora o Horário da Liderança do PTB. Com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Usando a tribuna no Horário do PTB, queria dizer que eu e o Deputado Carlos Simões já nos acertamos, já fizemos as pazes. Tivemos uma reunião do PTB hoje e está tudo acertado.

O que gostaria de falar hoje, aqui, e acho que a maioria dos Srs. Deputados vão concordar, continuamos brincando com o Instituto Médico Legal do Paraná. Essa semana que passou, Srs. Deputados, um corpo de um jovem acidentado ali em Carambeí deu entrada por volta de meia noite no Instituto Médico Legal de Ponta Grossa e só foi liberado no outro dia depois das 8h00 da manhã. Você imagina o sofrimento dessas famílias. A família já está em pânico porque recebeu a notícia que um ente querido, alguém que ele gosta tanto, que é membro

daquela família, morreu acidentalmente em um trevo da Cidade. Começa a sair em busca de informações. Começa a querer preparar o ambiente triste do velório e aí descobre que o corpo só será liberado no outro dia. Isso é um crime que está se fazendo aqui, no Estado do Paraná. Não é só no Instituto Médico Legal de Ponta Grossa. Estou falando de Ponta Grossa, porque esta é a cidade que representamos e os Campos Gerais. Em todo o Paraná está assim. Não é admissível que vamos continuar brincando com o sentimento das famílias.

O governador disse ontem, no Canal Livre, a nível nacional, que o Paraná é um mar de rosas, que não tem problemas e que aqui ele manda e desmanda. Governador, crie vergonha e arrume o IML deste Paraná! Até que a próxima vítima pode ser alguém da família de alguém, próximo da gente. Não é justo que uma pessoa entre a meia noite no Instituto Médico Legal e o corpo só seja no outro dia liberado. Tem dinheiro para balé, para fazer propaganda de transgênico em Porto Alegre, para os jornais de Belo Horizonte, São Paulo, O Pasquim, não sei mais quem; para fazer um monte de besteira e não tem dinheiro para botar funcionários no Instituto Médico Legal, lá de Ponta Grossa. Só temos um funcionário, que chamamos de “papa Defunto”, que passa 24 horas com aquele carro para cima e para baixo, chegando a ver assombrações à frente.

Queria fazer um pedido ao Deputado Anibelli, V. Exa. que é o líder desse Partido, ao Deputado Stica, que é o Líder do Governo, Deputado Nereu Moura: pelo amor de Deus, vamos arrumar o IML do Paraná e acabar com essa brincadeira de mau gosto. Porque quando é um bacana que morre, em meia hora liberam o corpo. Quando é um filhinho de papai, em meia hora liberam o corpo. Quando é um pobre coitado que mora lá no interior, que foi acidentado ou assassinado, a família tem que passar noites, de pé, aguardando a boa vontade dos médicos.

Isso não é governo popular, que respeita a Carta de Puebla. Cadê a Carta de Puebla, Sr. Roberto Requião? O Senhor botou no lixo? O Senhor rasgou? O Senhor engoliu a Carta de Puebla? Que diz preferencialmente se deve cuidar dos pobres?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos os Deputados, aqueles que já passaram por isso e que vão passar ainda, na hora de liberar os corpos, vamos fazer uma corrente e pedir ao nosso Governador, para que ele descentralize os IMLs. Ele falou tanto na televisão, ontem: vamos descentralizar o negócio dos sem-terra - ele é apaixonado. Ele é apaixonado pela mídia dos sem-terra. Vamos, agora, descentralizar os Institutos Médicos Legais do Paraná! Vamos botar gente para atender o povo. Porque a Carta de Puebla, que o Requião lê, dorme, almoça e janta com ela, diz: preferencialmente, pelos pobres. A maioria das pessoas que sofre está entre os pobres.

O dia em que o IML atender o bacana e abrir de madrugada, vocês vão ver a confusão que vou assumir aqui, nesta Casa. O dia em que atenderem um bacana, fil-

hinho de alguém ou mandado por alguém, vocês vão ver a confusão que eu vou fazer nesta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (**Pela Ordem**)

Queremos, em nome de todos os Deputados e desta Casa, registrar e apresentar nosso voto de pesar pela morte da funcionária Sonia Matsumo, que foi taquígrafa desta Casa por mais de vinte anos. Faleceu ontem, vítima de falência múltipla de órgãos, deixando esposo e duas filhas.

Assim então registrado, queremos apresentar as nossas condolências e pêsames para a família, filhas e esposo, e lembrar esta Casa todo o trabalho que ela fez ao Estado do Paraná, no Legislativo, registrando tudo aquilo que foi decidido, que foi falado em todas as Sessões desta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Já está na Mesa um requerimento dos Deputados Padre Paulo e Pastor Edson Praczyk, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Sonia Matsumo.

Também acusamos o recebimento de ofício comunicando o retorno a esta Casa, após licença médica, do Deputado Ademar Traiano, que retorna à sua cadeira.

Continuando o Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PFL.

Concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Quero vir hoje à tribuna, Sr. Presidente, para aqui mostrar a reação do “Rolando Lero” Airton Pisseti do Estado do Paraná.

Fizemos aqui na última Sessão, uma denúncia sobre os recursos que foram utilizados pelo Governo do Estado do Paraná para pagar o Tribunal Internacional Popular sobre transgênicos.

Foi gasto, para os Deputados que naquela Sessão aqui nos tivemos, vinte mil, seiscentos e quatorze reais para montagem, desmontagem, coordenação geral do evento do Tribunal Internacional. Um Tribunal frio que todos nós sabemos como são e como funcionam esses tribunais; as pessoas convidam quem querem, sempre defendendo a mesma linha de pensamento, não dão oportunidade para ouvir aqueles que pensam diferente e lá no final se reúnem e condenam àqueles que eles bem interessam.

Esse Tribunal, Deputado Rossoni, condenou a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul. Um Estado altamente produtor de grãos. Só que lá uma boa parcela dos produtores rurais plantam a soja transgênica. Porque nas contas dos produtores gaúchos eles mostram que é mais barato produzir a soja transgênica. E também nós tivemos na denúncia que fizemos - que por sinal já está no Ministério Público e já nós vamos ver o desdobrar de

tudo isso - uma vinculação paga pelo Governo do Estado do Paraná em um dos jornais do Rio Grande do Sul com o título "Transgênicos". Com certeza o Governador não deveria estar falando bem da soja transgênica lá no Rio Grande do Sul.

Olha, depois disso nós tivemos o desdobrar, o Secretário "Rolando Lero" Pisseti, veio aos meios de comunicação, com certeza utilizando o poder de fogo da Secretaria da Comunicação Social do Governo do Estado, para poder rebater as denúncias que aqui fizemos e já encaminhamos para o Ministério Público do Estado do Paraná. E nessa denúncia ele questionou o Deputado Plauto nesta Casa, quando da criação dos pedágios das rodovias que compõem o Anel de Integração, quando de votações sobre a COPEL, sobre a SANEPAR, questionando essa posição e dizendo - que nas próximas eleições eu teria o retorno e a posição do eleitorado do Paraná sobre a minha postura na Assembléia Legislativa. Ora, Secretário "Rolando Lero" Pisseti, as urnas já aconteceram depois dos votos que aqui tive. Sempre os votos abertos, a mídia divulgando a posição de cada Deputado na Assembléia Legislativa. Os próprios Partidos de Oposição tomando o cuidado de mandar as posições dos Deputados para as portas das Igrejas Católicas do nosso Estado do Paraná.

Qual foi o resultado de tudo isso? O Plauto, o Deputado mais votado da Região dos Campos Gerais; o Plauto, o Deputado mais votado do partido da Frente Liberal. E o Plauto, o sexto Deputado mais votado do Estado do Paraná.

Este foi o recado que as urnas me mandaram.

Ora, "Rolando Lero" Pisseti, chega de "blá, blá, blá". E quero fazer mais uma denúncia aqui agora. Vocês sabiam que o Estado do Paraná andou liberando para o jornal Pasquim, do Rio de Janeiro, só no ano de 2003, 70 mil e 200 reais. Para quê? Não sei! Também a Secretaria da Comunicação do Estado do Paraná gastou 62 mil 647 reais na revista Reportagem de Belo Horizonte.

Ora, dinheiro nosso, dos paranaenses sendo mandado não sei para quê! Chega de brincadeiras! Chega de pousarem como paladinos da moralidade! Não é certo, não é justo! Vamos aplicar os recursos no nosso Estado do Paraná, porque sempre foram esses os discursos de vocês, que hoje estão no poder!

Estou encaminhando à Mesa um Pedido de Informações. Quero saber o que foi publicado no Pasquim, o que o Governo gastou com esse jornal e também a revista Reportagem.

Quero lembrar a todos dos gastos do Governo Roberto Requião no período de 1991 a 1994. Foram 132 milhões 718 mil dólares. Representa 400 milhões de reais. Esse é o valor gasto lá no primeiro governo. Do jeito que está indo a coisa está pior ainda! Vamos lá "Rolando Lero" Pisseti, esclareça ao povo do Paraná lá no Ministério Público!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Com a palavra, no horário do PSDB, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje eu não faria uso da tribuna, mas ouvindo o Deputado Nereu Moura dizendo que o seu governo responde tudo, venho aqui dizer que não é verdade.

Estou aqui há mais de 120 dias questionando o Secretário ora citado pelo Deputado Plauto, pedindo-lhe que nos dê as informações técnicas e o porquê de algumas Rádios receberem dois, três, até mil reais, a Rádio 96 FM recebeu 120 mil reais e a Rádio Globo AM recebeu 110 mil reais.

Estava com dúvida quando o Deputado Ângelo Vanhoni era o Líder, ele estava em transição. Dei tempo ao tempo. Depois, o Deputado Natálio Stica assumiu a liderança. E agora ouço o Deputado Nereu Moura dizendo que o Governo não se furta a dar esclarecimentos...

Quero fazer, agora um pedido ao Deputado Nereu Moura. Preciso das explicações técnicas por que uma Rádio de menor audiência recebeu dez vezes mais que uma Rádio de maior audiência?

O Sr. **Jocelito Canto**

Ela fez mais inserções que as outras.

A Rádio Globo fez seiscentas e cinquenta inserções a mais que as outras Rádios fizeram. As Rádios que receberam recursos da Luz Fraterna fizeram inserções iguais, claro que uma ganhando um pouquinho mais, de acordo com a tabela de preços por cidades, por regiões e por prefixos de Rádio.

Agora, a Rádio Globo e a Rádio Rock fizeram a mais; uma fez seiscentas e cinquenta inserções e a outra fez quatrocentos e quarenta, se não me falha a memória, fora aqueles dias que foram feito.

Essa é a informação que gostaria de passar.

O SR. VALDIR ROSSONI

Veja Sr. Presidente, se um Parlamentar me dá aqui as explicações, porque o Secretário das Comunicações não as dá? Diga-se de passagem, mandou-nos uma resposta assinada por um subalterno, nós, não nos sentindo satisfeitos, mandamos de volta, e até o presente momento o Secretário não deu as explicações devidas.

Eu vou permanecer aqui nesta tribuna, acredito, se Deus nos ajudar, pelo menos mais dois anos e meio. Esse Secretário está acostumado, na hora em que conversam com e ele, que fazem pedido de informações, sair atacando Parlamentares. Para mim é porque ele deve alguma coisa! Deputado Plauto, pode ter certeza que os ataques que V. Exa. sofreu não foram em vão, e eu não vou permanecer aqui nesta tribuna até que um dia o Deputado Stica nos dê atenção, para que as palavras se tornem verdadeiras, porque até agora elas não são!

Ontem assisti a uma parte do Roda Viva e tivemos aqui um debate com o Deputado Stica sobre a questão do leite.

Deputado Stica, por favor, fale para o Governador que faltar com a verdade em rede nacional fica feio, porque o povo brasileiro vai achar que todos os paranaenses têm esse costume! Estavam faltando com a verdade sobre a questão do leite apenas para os paranaenses. Ontem, o Governador exagerou no que disse, não é mais noventa e seis mil crianças com vinte mil litros de leite, agora são todas as crianças pobres do Paraná! Quer dizer, está exagerando na dose, está mentindo para o povo brasileiro e isso é faltar com o respeito com o povo paranaense!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Ainda no Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto a Liderança do PT se fará uso do seu tempo. Com a palavra, o Deputado Pedro Ivo.

O SR. PEDRO IVO ILKIV

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O motivo pelo qual estou aqui nesta tribuna, é que estive hoje pela manhã em uma reunião realizada em União da Vitória, onde estiveram presentes representantes da Câmara de Vereadores da nossa região Sul do Paraná - CAMSUL; representantes da ANSUPAR - Associação dos Prefeitos do Sul do Paraná; Sindicato dos Trabalhadores Rurais, representando a Agricultura Familiar; Sindicato Patronal da Madeira; OAB; Representantes de várias ONG's; Associação Comercial e Industrial, e todos que estavam presentes demonstraram uma grande preocupação com um projeto de lei que está tramitando aqui nesta Casa, número 725/93, que altera o artigo 7º da Lei nº 11.054 de 11 de janeiro de 95, a Lei Florestal.

Esse projeto, num entendimento de todas essas entidades, vem aniquilar a economia da nossa região e, com certeza, de muitas outras regiões que, como a nossa, têm uma topografia dobrada, onde não têm espaço para lavouras extensivas. Com esse projeto de lei que tramita nesta Casa, permite com que agricultores, que têm áreas de plantio, lavouras extensivas em outras partes do Estado, possam adquirir áreas de terra nessa região e transformar ali a sua reserva legal.

Esse projeto coloca as seguintes alternativas: essas reservas podem ser averbadas dentro da mesma microbacia que é o que estaria em consonância com a lei florestal brasileira, dentro da mesma bacia hidrográfica, que o Estado do Paraná está dentro da Bacia do Rio Paraná e daí poderia ser em todo o Estado, ou em condomínios florestais privados ou públicos.

A preocupação é: a nossa região, que hoje o valor do alqueire da terra gira em torno de nove, dez mil reais,

quinze mil terras já melhores, do dia para a noite, teríamos uma elevação, com certeza, desse valor porque produtores de outras regiões estariam procurando a nossa região para averbar ali a sua reserva legal. Porque, mesmo pagando o que custa hoje um alqueire de terra nas áreas de lavoura extensiva, ainda assim seria viável, porque poderiam continuar com a sua produção aonde estão.

Nós entendemos a dificuldade que se tem na questão econômica do Estado porque deixando 20% em cada área teríamos um grande prejuízo também na questão da economia do Estado, porque diminuiria a produção. Mas, também entendemos que a nossa região e outras como a nossa não podem pagar esse passivo ambiental e sofrer as consequências, porque economicamente a nossa região estaria morta.

Entendemos também que o projeto tem pontos positivos. Não é justo que se tenha, numa área, por exemplo, de 10 alqueires de terra, se deixe um capão de mato e ali a reserva legal. Não dá ligação entre as outras reservas. É prejudicial à cadeia alimentar, enfim à biodiversidade, porque é apenas um capão de mato no meio de um limpo.

Acho que as idéias do condomínio é interessante, mas que deveria de ser dentro da mesma microbacia e não permitindo ser colocada em outras regiões, o que economicamente estaria matando a nossa região Sul do Paraná.

Então, essa preocupação dessas entidades, trago ao conhecimento de todos. Gostaria que o Deputado Plauto Miró, que é Presidente da Comissão de Educação, nos convocasse para discutirmos esse projeto, que já está tramitando, se não me engano está na CCJ, e que os demais deputados da nossa região, Rossoni, Anibelli, Alexandre Curi, que foram hoje citados nessa reunião, juntamente com os representantes da região que envolve a Deputada Luciana, que provavelmente também será uma região que tem grandes problemas, assim como a nossa região.

Seria isto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Ainda no Horário de Lideranças, PMDB, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

Com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Deputado Antonio Anibelli, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome da Deputada Elza Correia em substituição ao Deputado Ademir Bier, que irá fazer parte da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI das Universidades. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Valdir Rossoni, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando o Deputado Ademar Traiano para compor a Comissão Especial que irá analisar a proposta de Emenda Constitucional nº 22/2004. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Antonio Anibelli, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Deputados Antonio Anibelli e Alexandre Curi como titulares e os Deputados José Maria Ferreira e Artagão Júnior como suplentes, que farão parte da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do Porto de Paranaguá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando seu próprio nome como titular na CPI do Porto de Paranaguá, passando o Deputado Durval Amaral à condição de suplente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 122/2004, subscrito pelo Deputado Ademar Traiano, comunicando que está reassumindo suas funções, interrompendo a licença de saúde concedida, tendo em vista o Laudo Médico nº 020/2004, que atesta condições para o seu retorno aos trabalhos parlamentares. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/2003, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza a iniciativa privada a auxiliar financeiramente o Ensino Fundamental e Médio nas Escolas Públicas Estaduais, conforme condições que especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM EMENDA DA CF E CECE. COM SUSBTITUTIVO GERAL DA CCJ.**

Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, entrei em entendimento com o Deputado Renato Gaúcho e peço a V. Exa. que defira o adiamento da votação desse projeto, por cinco Sessões.

Estou encaminhando à Mesa neste momento.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Estaria já em votação, mas como se trata de requerimento do autor, a Mesa acata.

Está em votação o Requerimento nº 623, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 284/2003.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 435/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre o fornecimento de alimentação especial nas escolas da Rede Pública Estadual de Educação. **EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 452/2003. Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 435/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É obrigatório em todas as escolas da Rede Estadual de Ensino o uso de alimentação especial na merenda escolar adaptada para alunos portadores de diabetes melito.

Art. 2º - A alimentação especial, a ser fornecida a todas as escolas da Rede Estadual de Ensino, será determinada através de receituário médico e de nutricionistas do Estado, cabendo a estes últimos a orientação sobre o preparo dos alimentos.

Art. 3º - No início de cada ano letivo será elaborado listagem com número de alunos por escola que necessitarão de alimentação especial para fins de se determinar a quantidade a ser fornecida.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.04.2004.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente e Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 456/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, que concede a isenção das taxas de estadias nos pátios do DETRAN aos veículos que se beneficiaram da Lei nº 13.957/2002. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 456/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam os veículos e motocicletas retidos nos pátios do DETRAN-PR e Polícia Militar do Estado, com dívidas vencidas de IPVA, Licenciamento e Multas Estaduais, que foram parceladas através da Lei nº 13.957//2002, isentos de pagamento de taxas de estadias no final do parcelamento acordado.

§ 1º - Fica o DETRAN encarregado de emitir e enviar os carnês do parcelamento, de que trata a Lei Estadual nº 13.957, por via postal, deduzindo a Taxa de Estadia.

§ 2º - A recolhimento total das 10 (dez) parcelas implicará na isenção das taxas de pátio e na liberação administrativa de certidão de “nada consta” do referido veículo.

§ 3º - O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importância já recolhidas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.04.2004.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente e Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 077/2004, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que decreta o dia 02 de maio como “Dia Estadual da Comunidade Polonesa”. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 077/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído, no Calendário Estadual, o Dia Estadual da Comunidade Polonesa, a ser comemorado no dia 02 de maio de cada ano.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.04.2004.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos Hotéis e Estabelecimentos Congêneres criarem e manterem ficha de identificação de crianças que se hospedem nos estabelecimentos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CAIE E SP.

COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 561/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Festival Estadual de Teatro Estudantil, a ser organizado através das Secretarias de Estado da Educação e/ou da Secretaria de Estado da Cultura, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Sericultores, com sede e foro no Município de Alto Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 739/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Dia Estadual da Inclusão Digital, a ser comemorado no último sábado do mês de março. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Está em votação o projeto, ressalvada a Emenda da CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Beneficente Água Viva, com sede e foro no Município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 0046/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de Utilidade Pública o Clube do Vovô de Sarandi, com sede em Sarandi foro na Comarca de Marialva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública Estadual a Fraternidade Espírita Mensageiro da Luz, com sede e foro no Município de Iporã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Proprietários de Imóveis dos Balneários de Santa Terezinha e Itapuã - AMOSI, com sede no município de Pontal do Paraná e foro no Município de Matinhos. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 006/2004, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados, meses de janeiro e fevereiro de 2004, Resolução nº 15/92 de março de 2004, Resolução 003/2004. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovada, artigo por artigo.**

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 587/2003, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que altera dispositivo da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar) e da Lei nº 5.940, de 08 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Praças da Polícia Militar). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, CF E SP COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (Publ. no DA nº 079/2003, de 06.10.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 587/2003

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de lei nº 587/2003 de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Dobrandino da Silva, tem por escopo alterar dispositivos da Lei nº 5.944 de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar) e da Lei nº 5.940 de 08 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Praças da Polícia Militar).

Fundamentação

Diante da síntese supra e chamada esta Comissão a manifestar-se, salienta-se que em suma o Projeto de Lei nº 587/2003 visa primordialmente revogar incisos específicos que tratam sobre promoção de oficiais, bem como requisitos básicos para ingresso do sargento em quadro de acesso, revogando-se os critérios que falam sobre o Policial Militar não estar *sub judice* ou cumprindo pena criminal.

O artigo 39 da Lei 5.940 de 08 de maio de 1969, parágrafo 1º traz em seu bojo a consideração sobre o que é estar *sub judice* a saber:

a) preso em flagrante delito ou que tiver contra si prisão preventiva decretada;

b) denunciado em processo criminal; e

c) mesmo absolvido, quando pendente de recurso.

Busca o projeto de lei em análise abolir este requisito, visando preservar o princípio da presunção de

inocência, onde ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Há de se considerar que neste caso específico, assim como em diversas ocasiões, como por exemplo na realização de concursos públicos, os requisitos a serem observados podem ser os mais variados, vale dizer, que se trata de discricionariedade da administração pública, assim como no caso concreto, para efeito de promoções, o que se busca *a priori* é uma boa conduta do policial para que o mesmo possa ser incluído na lista de promoção. Em sendo assim, leva-se em consideração aquele policial que não possui indícios da realização de crimes, ou seja, que não tenha contra si prisão preventiva decretada e que não tenha sido preso em flagrante delito, conforme a previsão legal estabelecida na alínea “a” do parágrafo 1º do artigo 39 da Lei nº 5.940.

Pragmaticamente, pretende-se é a extinção dos dispositivos que trazem como conteúdo tais restrições de estar o policial *sub judice* ou cumprindo sentença criminal. Como já discorrido acima, vale a consideração que o extremo rigor dos requisitos realmente podem deixar a desejar por restringirem demasiadamente o acesso à promoção, pois como bem argumentou na justificativa da proposta, não se pode punir, antecipadamente o policial pelo simples fato de estar respondendo a processo criminal, contudo, faz-se necessário algumas considerações a saber:

1 - Quanto estar preso em flagrante delito, (alínea “a”, parágrafo 1º do artigo 39 da Lei nº 5.940).

Ora, a autoridade policial quando da realização da prisão em flagrante delito encontra-se convicta da realização de um crime, ou seja, existem indícios suficientes de materialidade e conseqüente autoria, pois se assim não fosse, não seria lavrado o respectivo auto sob pena de responsabilização da autoridade policial, diante do que não se pode falar em promoção ao policial que se encontra preso em flagrante delito, pois a boa conduta, na qual deve estar pautado o cotidiano do policial foi drasticamente afetada. Muito embora exista outros mecanismos que impedem até mesmo a permanência do servidor nas fileiras da corporação, visto que existe o respectivo processo disciplinar que irá apurar a conduta do funcionário que foi preso em flagrante delito, mas a questão em análise é tão somente quanto à possibilidade de acesso à promoção, o que no entender deste relator não seria possível.

2 - Quando tiver contra si prisão preventiva decretada. (alínea a, última parte do parágrafo 1º do artigo 39 da Lei nº 5.940).

Da mesma forma, o Juiz quando expede o Mandado de Prisão Preventiva tem que fundamentar o seu despacho, e para tanto, da mesma forma como exposto no item 1 acima, têm que estar presente os índices mínimos de autoria e materialidade. Para a decretação da prisão preventiva inclusive se faz necessário requisitos do artigo 311 e ss do CPP, e como ilustração a saber a última parte do artigo 312 do CPP: “... quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria”.

3 - De ter sido denunciado em processo criminal. (alínea “b”, parágrafo 1º do artigo 39 da Lei nº 5.940).

Este requisito é um pouco mais subjetivo, pois o Estado não está realizando diretamente a coerção. Não estando obrigatoriamente o denunciado com sua liberdade restrita, enquanto que os indícios de autoria não são necessariamente veementes, e a apreciação das provas será feita durante a devida instrução no transcorrer do processo.

4 - Não estar cumprindo sentença criminal. (artigo 25 do inciso V da Lei nº 5.940).

Este requisito parece ser uma consequência lógica da aplicação penal, parecendo ser óbvio que o policial militar quando estiver cumprindo sentença criminal, muito provavelmente nem mais estará pertencendo às fileiras da corporação e muito menos ser possível o seu acesso a listas de promoções, o que na análise deste relator deve ser mantido na Lei nº 5.940 o artigo 25 inciso V.

5 - Mesmo absolvido, quando pendente de recursos. (alínea “c” do parágrafo 1º do artigo 39 da Lei nº 5.940).

Muito bem, se já existe uma sentença absolutória ao policial militar, ainda que esteja tramitando recurso sobre tal sentença não se pode prejudicar o policial restringindo-lhe o acesso à promoção, pois estar-se-ia depondo contra decisão judicial de absolvê-lo pois a sentença tem o alcance de livrar-lhe de todos os ônus do processo e nesta ótica não seria coerente deixar-lhe com o prejuízo de não poder participar das promoções.

Em suma, com referência ao artigo 5º inciso LVII da Constituição Federal que trata do princípio da presunção de inocência, no entender deste relator não há que se falar que os dispositivos constantes nas Leis nºs 5.944 e 5.940, *a priori*, ferem a Constituição Federal, uma vez que já foram aprovados e passaram pelo crivo do plenário na oportunidade de suas votações. Ademais, os critérios administrativos para promoções podem ser conforme a discriminalidade da administração, visando sempre a boa conduta policial.

Conclusão

Diante do exposto, o presente projeto está apto a prosseguir, sendo inevitável concluir pela constitucionalidade, no entanto, diante dos aspectos aludidos, apresento Emenda Substitutiva em anexo, para apreciação dos demais membros desta Comissão e posterior tramitação.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCI PROJETO DE LEI Nº 587/2003

Art. 1º - Ficam revogadas as alíneas “b” e “c” do parágrafo 1º do artigo 39 da Lei nº 5.940 de 08 de maio de 1969.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 587/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente Projeto de Lei nº 587/2003, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, altera dispositivos da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar) e da Lei nº 5.940, de 08 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Praças da Polícia Militar).

Fundamentação

Quanto ao aspecto constitucional e legal da matéria objeto deste parecer, a Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente, por não encontrar nenhum óbice para sua tramitação.

Chamada esta comissão a se manifestar, conforme dispõe o parágrafo 3º do artigo 33, do Regimento Interno, constatamos na própria justificativa do autor, que afastar o policial militar dos quadros de acessos e conseqüentemente impedi-lo de concorrer à promoção por estar *sub judice*, caracteriza-se pré-julgamento, punição antecipada, trazendo prejuízos profissionais, morais e econômicos de difícil reparação.

Sendo assim, somos pelo parecer favorável ao projeto de lei em tela, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16.03.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
VANDERLEI IENSEN - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 587/2003

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 587/2003, de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Dobrandino da Silva, tem por escopo alterar dispositivos da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar) e da Lei nº 5.940, de 08 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Praças da Polícia Militar).

Fundamentação

Diante da síntese supra e chamada esta Comissão a se manifestar, salienta-se que em suma o Projeto de Lei nº 587/2003, visa primordialmente revogar incisos específicos que tratam sobre promoção de oficiais, bem como requisitos básicos para ingresso do sargento em quadro de acesso, revogando-se os critérios que falam sobre o policial militar não estar “*sub judice*” ou cumprindo pena criminal, com emenda substitutiva em anexo.

Em suma, com referência ao artigo 5º inciso LVII da Constituição Federal que trata do princípio da presunção de inocência, no entender deste relator não há que se falar que os dispositivos constantes nas Leis nºs 5.944 e 5.940, “*a priori*”, ferem a Constituição Federal, uma vez que já foram aprovados e passaram pelo crivo do plenário na oportunidade de suas votações. Ademais, os critérios administrativos para promoções podem ser conforme a discricionariedade da administração, visando sempre a boa conduta policial.

Conclusão

Diante do exposto, o presente projeto está apto a prosseguir, sendo inevitável concluir tratar-se de iniciativa que busca uma melhor aplicação de critérios mais justo para as promoções dos policiais militares, não sendo admissível o pré-julgamento o qual caracteriza-se em punição antecipada, sem prejuízos dificilmente reparáveis ao longo da carreira policial, diante dos aspectos aludidos, apresento parecer favorável ao projeto de lei em análise, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.04.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 627, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 587/2003.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 694/2003, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Manoel Henrique Pereira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 098/2003, de 19/11/2003)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 694/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado ao Sr. Manoel Henrique Pereira.

Fundamentação

Chamada a opinar sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça entende que a proposição está de acordo com o disposto da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de título de Cidadão Honorário e Benemérito do Estado do Paraná. O partido do autor, também, já oficiou que a proposição faz parte da cota da agremiação partidária.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 694/2003, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DR. LUCIANO DUCCI - Relator

Esta proposição do Deputado Plauto Miró Guimarães, visa conceder título de Cidadão Honorário ao Sr. Manoel Henrique Pereira e, portanto, a votação será secreta.

Os Srs. Deputados que aprovam, votarão SIM e aqueles que rejeitam votarão NÃO.

Convido o Sr. 1º Secretário, Deputado Chico Noroeste, a fazer a chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)
(**Procede à chamada nominal**)

Votaram 44 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Os Deputados Antonio Anibelli, Mário Bradock e Carlos Simões, para procederem o escrutínio dos votos.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero aproveitar, enquanto faz-se a apuração da votação, para refazer aqui um convite a todos os deputados e deputadas, que logo mais, às 17 horas, teremos aqui uma Sessão Solene em homenagem aos 30 anos da Itaipu Binacional, aonde vamos homenagear esta empresa, orgulho do Paraná e do Brasil, e em especial na presidência da empresa, o nosso companheiro Jorge Miguel Samek.

Portanto, gostaria de refazer aqui o convite a todos os Deputados, Deputadas e as pessoas que se encontram visitando a nossa Casa no dia de hoje.

Muito obrigado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)

Sr. Presidente, num total de 44 votantes, 43 SIM e um BRANCO.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Aprovado o projeto do Deputado Plauto Miró, em primeira discussão.

Sobre a mesa, Requerimento nº 616, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 617 e 618, de autoria do Deputado Waldir Leite, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 620, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 621, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 622 e 624, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 626, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimentos nºs 628 a 633, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 634, de autoria dos Deputados Pastor Edson Praczyk e Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 635, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 636, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Convoco os interessados, em especial os Deputados integrantes da CPI do Porto de Paranaguá e a imprensa, que está bastante ansiosa para a implantação, assim como o povo do Paraná, para amanhã, às 17 horas, instalação da CPI do Porto de Paranaguá.

Agora, às 17 horas, haverá a CPI das Universidades, no Plenarinho, e a Sessão Solene em homenagem aos 30 anos da Itaipu Binacional.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 739/2003

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 694/2003.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 106/2003 e dos de Lei nºs 252, 301, 474/2003, 016, 030, 059 e 063/2004.

Marco ainda uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/2004.

Levanta-se a Sessão.

Atas de CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DAS UNIVERSIDADES ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, na biblioteca da Assembléia Legislativa do Paraná, sob a presidência do Sr. Deputado Delegado Bradock, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito das Universidades, que contou com a presença dos seguintes Srs. Deputados membros: Neivo Beraldin, Ratinho Júnior e Artagão Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, submetendo à aprovação a ata da reunião anterior. APROVADA. A Comissão deliberou favoravelmente pela convocação dos Srs. Itamar André Rodrigues do Nascimento, José César de Camargo, Manoel Ronaldo Carvalho Paiva, Ana Maria da Cruz Professor Luiz Carlos Bruschi, Rafael Rodrigues da Silva e da Sra. Lygia Lumina Pupatto, Magnífica Reitora da Universidade Estadual de Londrina, para reunião a realizar-se aos vinte e seis dias do mês de abril, do corrente ano, às 17h00, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho) da Assembléia Legislativa do Paraná; e os Srs. Darci Santos, Jair Baltazar Rodrigues, Luiz Vieira Carneiro, Pedro Claczak e Mauro Augusto Dellabernada, para reunião a realizar-se aos vinte e sete dias do mês de abril do corrente ano, às 17h00, no auditório acima mencionado. A seguir os Srs. Deputados passaram a discutir sobre as questões a serem abordadas nas reuniões aprazadas. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente, Deputado Delegado Bradock, encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, demais Srs. Deputados-membros presentes à reunião e por mim, Alan Marcos Andrade, Secretário da Comissão.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO PORTO DE PARANAGUÁ ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e seus dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, no gabinete da 1ª Vice-Presidência, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de instalar a Comissão e eleger o Presidente e Vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado André Vargas, Vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, passando em seguida à eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Valdir Rossoni e Waldir Leite para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado Valdir Rossoni agradeceu

a especial deferência de seus nobres Pares e indicou o Deputado Alexandre Curi para o cargo de Relator da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr.

Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) VALDIR ROSSONI - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo